

O rompimento formal de relações diplomáticas em 1965 entre a Indonésia e Portugal: Os sinais endógenos e exógenos que contribuíram para a fase final do regime do presidente Sukarno

The formal disruption of diplomatic relations in 1965 between Indonesia and Portugal: The endogenous and exogenous signs that contributed to the final phase of President Sukarno's regime

Moisés Silva Fernandes

*Moisés Silva Fernandes é Professor da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e publicou *Confluência de Interesses: Macau nas Relações Luso-Chinesas Contemporâneas, 1945-2005*, Lisboa: Instituto Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros e Centro Científico e Cultural de Macau, em 2008, entre outras obras, artigos e recensões críticas em português, inglês e chinês. E-mail: moises.fernandes@letras.ulisboa.pt.*

Resumo

Neste artigo propomo-nos a analisar os fatores políticos que contribuíram de uma forma decisiva para que a Indonésia procedesse ao rompimento formal de relações diplomáticas com Portugal. Analisaremos ainda, os sinais de bastidor, externos e internos, dados por Jacarta. Pretendemos dissecar os rumores infundados acerca da invasão do Timor português pela autodenominada União da República de Timor (Uni Republic Timor, URT). Finalmente iremos ver as repercussões do golpe de Estado em Jacarta, em 1 de outubro de 1965, quer para o Timor português, quer nas relações indonésias-portuguesas. Quando o regime português passou a democrático e procedeu à descolonização do império português, o regime autoritário de Jacarta pôs em marcha a ocupação de Timor-Leste por javaneses, que durou 24 anos.

Palavras-chave: *Rompimento de relações diplomáticas; Indonésia; Portugal; Timor português; pressões endógenas e exógenas.*

Abstract

In this article we propose to analyze the political factors that contributed decisively to the way Indonesia's proceed to have a formal breaking off diplomatic relations with Portugal. Later we will examine the external and internal signs that were coming from Jakarta. After this, we intend to dissect the groundless rumors about the Portuguese Timor invasion by the self-styled Union of the Republic of Timor (Uni Timor Republic, URT). However, President Sukarno praises "actively the struggle for independence of the people [...] Portuguese Timor ...", the 20th anniversary of Indonesia. Finally we

will see the repercussions of the coup in Jakarta on 1 October 1965 in Portuguese Timor and in Indonesian-Portuguese relations.

Keywords: *Withdrawal of diplomatic relations; Indonesia; Portugal; Portuguese Timor; endogenous and exogenous pressures.*

Agradecimentos:

Gostaria de agradecer à Divisão do Arquivo e Biblioteca do Ministério dos Negócios Estrangeiros (DABMNE); ao Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT); ao Arquivo Histórico Militar (AHM); à Biblioteca da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e, aos funcionários da Hemeroteca Municipal de Lisboa (HML) pelo apoio e pela prontidão manifestada no atendimento dos múltiplos pedidos solicitados durante a investigação para este artigo.

Introdução

Após quinze anos de ligações discretas mas cerimoniosas entre Jacarta e Lisboa, em 1 de janeiro de 1965 a Indonésia rompeu as relações diplomáticas formais com Portugal.⁷⁰ Para compreendermos esta questão, temos que recuar a 15 maio de 1959, quando o presidente Sukarno esteve em Lisboa para fazer uma escala técnica,⁷¹ durante uma visita oficial ao Brasil.⁷² Nesta altura estava nomeado para ser governador do Timor português, o capitão Filipe Themudo Barata, que foi apresentado ao presidente Sukarno no “[j]antar solene no Palácio de Ajuda. [... Numa t]roca de palavras de mera cortesia: trivial, mas amável” (Barata, 1998, p. 25).

Cerca de um ano depois regressou, mas desta vez numa visita oficial de Estado à região da grande Lisboa, entre os dias 5 a 9 de maio de 1960. O aspeto mais importante foi no dia 8 de maio, quando o presidente Sukarno foi à Câmara Municipal de Lisboa e garantiu ao presidente, general

⁷⁰ Portugal reconheceu a Indonésia em 28 de dezembro de 1949. A legação da Indonésia em Lisboa foi aberta em 1951. O primeiro enviado extraordinário e ministro plenipotenciário foi Ide Anak Agung Gde Agung que veio apresentar a Lisboa as suas credenciais em 26 de junho de 1951 ao presidente da República, interino, António de Oliveira Salazar, e regressou ao *Palace Hotel*, em Bruxelas. Entretanto, deixou em Lisboa a terceira-secretária Kartini Soeria Nata Atmadja. Em 24 de junho de 1954 passou a ter um enviado extraordinário e ministro plenipotenciário em Lisboa, Soerianita Djoemana que se manteve até ao primeiro semestre de 1957. Este é substituído por Zainal Abidin no dia 24 de maio de 1957 e mantém-se até 14 de julho de 1961. Em 15 de julho de 1961 veio o último, Achmad Djumiril, que fica até 31 de janeiro de 1965, já na qualidade de encarregado de negócios, interino. Ao contrário, a legação de Portugal em Jacarta foi criada em 7 de março de 1950. O primeiro enviado extraordinário e ministro plenipotenciário foi José Weinholtz de Bivar Brandeiro, de 16 de junho de 1951 até 30 de junho de 1953. Após isto, esteve o ministro plenipotenciário Carlos Pedro Pinto Ferreira, entre 30 de junho de 1953 e 2 de setembro de 1954. Posteriormente foi seguido pelo segundo, Augusto Rato Potier, entre o dia 3 de setembro de 1954 até 28 de setembro de 1958. Foi substituído pelo encarregado de negócios, interino, na legação de Jacarta e transferido para o ministério dos Negócios Estrangeiros por decreto de 3 de dezembro do mesmo ano. Logo após este, ministro António Leite Cruz, que esteve entre 8 de janeiro de 1959 e 15 de agosto de 1961. Depois, foi Encarregado de Negócios, interino, Fernando Cardoso, de 29 de junho de 1961 até 10 de junho de 1963. Finalmente, José de Melo Gouveia esteve como Encarregado de Negócios, interino, da Legação de Portugal em Jacarta, desde 1 de junho de 1963 até ao dia 10 de abril de 1965, embora as relações diplomáticas tenham sido canceladas a partir de 1 de janeiro de 1965.

⁷¹ Chegou a 15 de maio de 1959 às 17h00 a Lisboa e permaneceu até às 23h00 da noite, isto é, seis horas em Portugal. Durante a sua estadia em Lisboa foi acompanhado pelo presidente da República, Américo Thomaz, que o “obsequiou com um jantar no Palácio da Ajuda e agraciou com a grã-cruz da Ordem de Santiago da Espada” (Thomaz, 1983, p. 33). “O presidente Sukarno que ontem esteve em Lisboa foi recebido pelo chefe do Estado que lhe ofereceu um banquete no Palácio da Ajuda”, *Diário de Notícias*, ano 95, n.º 33.483 (16 de maio de 1959), pp. 1 e 2.

⁷² O qual chegou no dia 16 de maio de 1959 ao Rio de Janeiro para uma visita oficial. Foi recebido pelo presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira.

António da França Borges, que o Timor português jamais seria integrado na Indonésia, porque não tinha sido ocupado pelos Países Baixos.⁷³

Neste trabalho propomo-nos a analisar os fatores políticos que contribuíram de uma forma decisiva para que a Indonésia procedesse desta forma. Posteriormente iremos analisar os sinais externos e internos, de bastidores, dados por Jacarta. Após isto, pretendemos dissecar os rumores infundados acerca da invasão do Timor português pelo autodenominada *União da República de Timor (Uni Republic Timor, URT)*. Entretanto, acabaremos com o apelo que o presidente Sukarno fez “à libertação do Timor português”, no 20.º aniversário da Indonésia. Finalmente veremos as repercussões do golpe de Estado em Jacarta, em 1 de outubro de 1965, para o Timor português, e para as relações indonésias-portuguesas.

Os fatores políticos subjacentes ao rompimento de relações diplomáticas

Tal como qualquer outro regime político, o de Sukarno também era permeável e suscetível a influências e pressões endógenas e exógenas. As pressões endógenas e as influências políticas contra a presença de Portugal no Timor português provinham da elite nacionalista javanesa, dos partidos islâmicos, do Partido Comunista da Indonésia (*Partai Komunis Indonesia*) e de alguns membros do próprio governo indonésio. Relativamente aos partidos islâmicos e comunista, Sá Mesquita Gonçalves, do gabinete de Negócios Políticos do Ministério do Ultramar, reconheceu que havia “exemplos de interferências propagandísticas e ameaçadoras”.⁷⁴

No que diz respeito aos membros do governo, salientou-se Mohammad Yamin, ideólogo da doutrina da “*Indonesia Raya*” e “*Melayu Raya*” ou, em português, a “*Grande Indonésia*”, dirigente da campanha na

⁷³ “President Sukarno Leaves Lisbon: No Claims on Portuguese Timor”, *Indonesia News: Information Service [of] Indonesia, Special Issue* [Tóquio], 22 May 1960, p. 30; “E, quanto à parte leste da ilha de Timor, repetiu que a Indonésia respeitava a soberania portuguesa nela. E não há dúvida de que, pela sua parte, honraria sempre a afirmação feita” (Thomaz, 1983, p. 52); “A Indonésia não tem qualquer reivindicação sobre o Timor português – Declarou nos Paços do Concelho o Presidente Sukarno que almoçou em Sintra com o chefe de Estado”, *Diário de Notícias*, ano 96, n.º 33.833 (7 de maio de 1960), pp. 1 e 5.

⁷⁴ “Informação, confidencial, n.º 1509 sobre ‘[o] momento político da Indonésia’, de Sá Mesquita Gonçalves, de 30 de outubro de 1965, p. 18”, Divisão de Arquivo e Biblioteca do Ministério dos Negócios Estrangeiros (DABMNE), MU, GM/GNP/163/Pt. 5C.

imprensa contra a presença de Portugal no Timor português e que chegou a ser ministro da Justiça, entre 1951 e 1952; Educação e Cultura, entre 1953 e 1955; ministro sem pasta, entre 1957 e 1959; ministro dos Assuntos Sociais e Cultura, entre 1959 e 1960; ministro e vice-diretor da Agência Nacional do Planeamento (BAPENAS), entre 1960 e 1962; e, finalmente foi vice-primeiro-ministro, ministro da Informação e diretor do BAPENAS, durante uns meses de 1962 até que morreu em 17 de outubro de 1962, já sob a liderança de Sukarno (Schwarz, 1999, p. 9). Mohammad Yamin, a sua esposa e o seu filho conseguiram obter um visto para ir a Portugal no dia 15 de julho de 1954,⁷⁵ porque estava em Haia a negociar a abolição da união entre a Indonésia e os Países Baixos. Contudo, no dia 21 de agosto, ele e a sua família tiveram que partir para Jacarta e não foi avante a sua visita a Portugal.⁷⁶ Isto deu-se após várias tentativas de comunicação da legação portuguesa em Haia junto do Alto-Comissário indonésio, mas: “nunca souberam ou quiseram informar[,] salvo que aquele Ministro viajaria ‘incógnito’”⁷⁷ a Portugal. O único partido que mantinha uma posição moderada em relação à permanência de Portugal no Timor português era o Partido Nacionalista da Indonésia (*Partai Nasionalis Indonesia, PNI*) do presidente Sukarno.

Enquanto no decénio de 1950, o regime de Sukarno e o *PNI* tiveram capacidade política e campo de manobra suficiente para ignorar os apelos dos nacionalistas javaneses, dos partidos islâmicos e comunista relativamente ao Timor português, na década de 1960 a situação alterou-se significativamente. A situação económica, financeira e comercial da Indonésia sofreu uma rápida deterioração, o nível de vida do cidadão comum desceu vertiginosamente (Schwarz, 1999, pp. 17-18).

Em relação ao Timor português havia duas pré-condições de origem diferentes, uma portuguesa, outra indonésia. No discurso proferido na Assembleia Nacional portuguesa, pelo presidente do Conselho, António de

⁷⁵ “Telegrama recebido da legação de Portugal em Haia, no dia 15 de julho de 1954” in “Visita do Dr. Mohammad Yamin, ministro da Educação Nacional da Indonésia”, DABMNE, C.E.28.P4/1491.

⁷⁶ “Apontamento de 21 de agosto de 1954” in “Visita do Dr. Mohammad Yamin, ministro da Educação Nacional da Indonésia”, *Ibid.*

⁷⁷ “Ofício n.º 336 da legação de Portugal em Haia, de 27 de agosto de 1954” in “Visita do Dr. Mohammad Yamin, ministro da Educação Nacional da Indonésia”, *Ibid.*

Oliveira Salazar, em 1 de julho de 1961, afirmou: “Timor não tem condições de vida independente” (Diário da Sessões, 1961, p. 925). Por outras palavras, não havia condições possíveis para a autodeterminação e a independência do Timor português, enquanto o regime fosse de Salazar ou de Caetano.

Entretanto, tinha dado a fundação da *União da República de Timor*, o atrofado movimento nacionalista islâmico-malaio timorense, a 2 de novembro de 1960, com sede em Jacarta, embora este afirmasse que estava localizado no posto fronteiriço de Batugadé, no Timor português (Fernandes, 2005, pp. 365-371; Weatherbee, 1966, pp. 691-692). Porém, consoante se foi afastando cada vez mais das posições da Indonésia, foi-se aproximando da sua “constituição política”, que chegou a proclamar a sua “independência da Indonésia”, no dia 4 de maio de 1965, um revés político para à elite de Jacarta, da qual este grupelho fez frente (Fernandes, 2005, pp. 385-386). Mas como afirma um estudioso do sudeste asiático: “we can say that in a sense Portuguese Timor is a trust territory, the Portuguese holding it in trust for Indonesia” (Weatherbee, 1966, p. 695).

Esta conjuntura contribuiu para a fragilização do regime de Sukarno. Para se precaver contra os seus adversários políticos internos, nacionalistas javaneses, islâmicos e comunistas, e assegurar a sua sobrevivência política, Sukarno transformou-se paulatinamente no expoente máximo dos nacionalistas radicais javaneses, no início de decénio de 1960.

Por outro lado, certos sectores nacionalistas alinhados com Sukarno no Ministério dos Negócios Estrangeiros da Indonésia (*Departmen Luar Negeri*) consideravam oportuna a rutura antes da realização da Conferência dos Países Não-Alinhados, prevista para ter lugar em Argel, em abril de 1965, para evitar eventuais embaraços políticos para o governo da Indonésia. Na realidade, Jacarta tinha-se salientado nas denúncias do imperialismo e do colonialismo ocidental em múltiplas reuniões internacionais e nos órgãos de propaganda, mas remetia-se a um grande silêncio, poderíamos dizer hermético, em relação ao Timor português. Aliás, a cimeira do Cairo chegou a ser considerada para Sukarno como uma derrota política, pela maioria dos analistas, pois não conseguira fazer prevalecer os seus pontos de vista, orientação e interesses.

De facto, durante a segunda cimeira do Movimento dos Países Não-Alinhados, que teve lugar na cidade do Cairo, entre os dias 5 e 10 de outubro de 1964, todos os delegados exortaram a Indonésia a seguir as recomendações aprovadas na primeira cimeira de chefes de Estado e de governo da Organização de Unidade Africana (OUA), que teve lugar em Adis Abeba, em 25 de maio de 1963,⁷⁸ no sentido de que todos os Estados-membros da OUA e os seus aliados rompessem as relações diplomáticas com Portugal e a África do Sul. Durante esta reunião generalizou-se, também, a censura e as críticas de bastidores a Sukarno por consentir a presença de Portugal no Timor português (Sousa, 2013, pp. 162-163).⁷⁹ Sukarno pretendia, por seu turno, ascender a dirigente asiático do Movimento dos Países Não-Alinhados, após a morte do primeiro-ministro da Índia, Jawaharlal Nehru, em 27 de maio de 1964 (Sagar, 1973, p. 120).

Por outro lado, o forte dissídio entre Jacarta e Kuala Lumpur relativamente a matérias territoriais e à chefia do mundo malaio contribuiu inexoravelmente para que Sukarno rompesse com Lisboa. Com a adoção da política de “esmagamento da Malásia” (*gangjang Malaysia*), por parte do regime de Sukarno, em 25 de setembro de 1963, Kuala Lumpur começou a usar o Timor português como arma de arremesso na guerra de propaganda contra a Indonésia, realçando a contradição entre a teoria e a prática do regime de Sukarno. Com esta medida, Kuala Lumpur tentou descredibilizar internacional e internamente uma série de normas relativas ao comportamento de Suharto (Saravanamutu, 2010, pp. 87-116).

O governo da Malásia começou inicialmente por rejeitar categoricamente, em termos genéricos, as acusações formuladas por Jacarta de que Kuala Lumpur era uma frente do imperialismo britânico e ocidental na região. Pouco tempo depois, porém, o regime do primeiro-ministro Tengku

⁷⁸ “Telegrama n.º 35 recebido do Encarregado de Negócios, interino, da Legação de Portugal em Jacarta, José de Melo Gouveia, de 8 de novembro de 1964” in “Relações políticas com a Indonésia: Eventual vinda [do] Presidente Sukarno a Lisboa”, DABMNE, C.E.40.P.4/2096.

⁷⁹ A II Conferência de chefes de Estado e de governo do Movimento Não-Alinhados propôs contra Portugal uma série de medidas que visavam o derrube do regime de António de Oliveira Salazar. De acordo com o embaixador da República Árabe Unida do Egito, Mohamed Awad El Kony, comunicou à Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas todas as declarações que aprovaram no “2nd Summit Conference of Heads of State or Government of the Non-Aligned Movement, Cairo, Egypt, 10 September 1964, pp. 5-8. cns.miss.edu/nam/documents/Official_Document/2nd_Summit_FD_Declaration_1964.pdf.

Abdul Rahman intensificou o volume e a gravidade das acusações contra Sukarno. Segundo este, quem permitia a estada dos ocidentais na região era o próprio Sukarno, que tolerava e consentia a presença de uma colónia ocidental no arquipélago da Indonésia: o Timor português.

De imediato, o governo da Malásia começou uma guerra de propaganda contra Sukarno e o governo da Indonésia. A Voz da Malásia, a radiodifusão que transmite em ondas curtas, na sua emissão de 23 de outubro de 1964, chegou a fazer o seguinte comentário:

“Sukarno e os seus apaniguados são tão libertadores, porque não libertam a ilha de Timor? Tem um elefante na sua frente, mesmo ao pé dele e não o conhece, mas conhece uma formiga bem ao longe. Sukarno finge não conhecer Timor como uma colónia portuguesa porque tem recebido grandes quantidades de barcos através da Província de Macau. Por isso, no fim da conferência, ele não compareceu para assinar. Quem sabe se não existe um contrato para a receção de material de guerra, através de Macau, comprometendo-se ele a proteger a ilha de Timor! Sukarno olhando assim para os portugueses é o mesmo que ter ligações com o colonialismo”.⁸⁰

Sukarno chegou a ficar tão irritado com os golpes de propaganda procedentes de Kuala Lumpur, que abandonou a Organização das Nações Unidas (ONU), em 1 de janeiro de 1965, quando a Malásia passou a integrar o Conselho de Segurança,⁸¹ na qualidade de membro não permanente. Simultaneamente tentou formar um organismo internacional alternativo à ONU: a *Conferência das Forças Novas Emergentes*, CFNE (*Conference of New Emerging Forces*, CONEFO). Porém, esta última iniciou-se num desastre político e diplomático, pois não conseguiu obter o apoio dos principais dirigentes e potências do bloco afro-asiático (Suryadinata, 1996, p. 8).

⁸⁰ “Perintrep n.º 10/64 referido A Voz da Malásia”, ANTT, PIDE/DGS, SC/CI(2)/DSI 2.ª, Pt. 3, N.T. 8973, fl. 682.

⁸¹ “Security Council Report: Security Council Elections 2014” in “Special Cases in the Election of Non-Permanent Members, pp. 8-9” http://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BFCF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/srr_unsc_elections_2014.pdf teve acesso em 1 de junho de 2016; “Sukarno anunciou: A Indonésia deixou de ser membro da Organização das Nações Unidas”, *Diário de Notícias*, ano 101, n.º 35.507 (8 de janeiro de 1965), pp. 1 e 5; “Maomé inspirou Sukarno: A Indonésia confirmou em carta oficial a sua retirada da O.N.U.”, *Diário de Notícias*, ano 101, n.º 35.521 (22 de janeiro de 1965), pp. 1 e 5.

Os sinais secretos endógenos e exógenos

Os primeiros rumores sobre o iminente rompimento de relações diplomáticas surgiram em março de 1963, quando o candidato que ia ser nomeado encarregado de negócios, interino, da legação de Portugal em Jacarta, José de Melo Gouveia, teve uma conferência com os altos dirigentes do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Franco Nogueira, o ministro, e o diretor-geral de Negócios Políticos do Palácio das Necessidades, José Manuel Fragoso, “relevando que a situação de Portugal em Jacarta era periclitante, pois estávamos ameaçados da rutura das relações diplomáticas” (Gouveia, 2005, p. 183). José de Melo Gouveia, “não se sabe se permanece uma semana se duas, se estará o tempo que estiver, a única instrução precisa que lhe damos foi ‘Agente tudo o que puder’” (*Ibid.*, pp. 138-139).

No dia 7 de novembro de 1964, o encarregado de negócios, interino, da legação de Portugal em Jacarta informou Lisboa de que tanto a nível interno como no externo o chefe de Estado da Indonésia, Sukarno, estava a ser alvo de várias pressões políticas no sentido de romper as suas relações diplomáticas formais com Lisboa. Entretanto, preocupado com a evolução da situação e com a estabilidade e o equilíbrio políticos na região, os serviços americanos de informações comunicaram à Polícia Internacional da Defesa do Estado (PIDE), em 30 de novembro de 1964,⁸² que a Indonésia ia reduzir ao mínimo as suas relações diplomáticas com Portugal, passando a relações consulares.⁸³ Passados três dias, a PIDE enviou esta comunicação dos serviços de informações americanos ao presidente do Conselho, António de Oliveira Salazar, e aos ministros dos Negócios Estrangeiros, Franco Nogueira, e do Ultramar, Joaquim da Silva Cunha,⁸⁴ a dar conta de todos os movimentos.

No dia 12 de dezembro de 1964, o encarregado de negócios, interino, da legação de Portugal em Jacarta foi chamado ao Ministério dos Negócios Estrangeiros da Indonésia e ordenaram-lhe:

⁸² “Documento, secreto, PI-64-30, de 30 de novembro de 1964”, ANTT, PIDE/DGS, “Serviços Indonésios”, Proc. n.º 236-SC/CI(2), N.T. 6982, fl. 847.

⁸³ *Ibid.*

⁸⁴ “Informação, secreta, n.º 438-SC/CI(2), 3 de dezembro de 1964”, ANTT, PIDE/DGS, “Serviços Indonésios”, Proc. n.º 236-SC/CI(2), N.T. 6982, fl. 846.

“Olhe, nós não temos nada contra Portugal, não temos nada contra os portugueses, só que por razões de ordem interna, e por razões de ordem internacional, a pressão dos não-alinhados, somos levados a suspender as relações com Portugal” (Gouveia, 2005, p. 139).

Por obstinação do presidente do Conselho, António de Oliveira Salazar, foi indicado ao novo subsecretário de Estado da Administração Ultramarina que inspeccionasse o Timor português, pois a última vistoria realizada também por um subsecretário de Estado do Ultramar, Carlos Krus Abecassis, tinha sido em novembro-dezembro de 1956. Assim para medir o pulso, foi observar o clima que se vivia no território e, certamente, com o objetivo de assegurar o apoio político do governo central português à exígua administração da colónia, Joaquim da Silva Cunha realizou uma visita à colónia, entre os dias 25 de novembro e 16 de dezembro de 1964 (Cunha, 1977, p. 166). Durante a sua estadia pôde verificar no próprio lugar o subdesenvolvimento latente do território:

“Embora tivesse partido pessimista quanto ao que iria encontrar, o que vi excedeu a minha expectativa. O tempo que lá passei foi gasto a anotar deficiências, a corrigir procedimentos, a estimular o zelo dos funcionários”.⁸⁵

Enquanto ele esteve no Timor português, usufruiu da oportunidade de visitar vários sítios. No dia 2 de dezembro inspecionou a vila de Balibó e logo a seguir Batugadé, onde deveria estar a sede da *União da República de Timor*. Todavia, tudo isto foi desmentido no dia 5, quando Joaquim da Silva Cunha, enviou ao seu ministro do Ultramar, António Augusto Peixoto Correia, e ao presidente do Conselho, António de Oliveira Salazar, um telegrama, secreto, dizendo que esteve no posto de Balibó e tudo lhe pareceu regular. Escreve que esteve na “área [a que] pertence Batugadé[, que] tem sido indicada como sede [da] pseudo-*União República de Timor*. Estive nesta localidade. Tudo normal. Receção entusiástica. S. Ex. as. [o] Presidente da República, [o] Presidente [do] Conselho e V. Ex.^a

⁸⁵ *Ibid.*, p. 117.

[foram] vibrantemente aclamados. Andei sempre sem qualquer proteção policial ou militar”.⁸⁶

Relativamente às relações com a Indonésia, Joaquim da Silva Cunha, opinou que o rompimento em si não era o fator mais importante, mas sim o desfecho da dissidência entre Jacarta e Kuala Lumpur. Se a Indonésia fosse obrigada pela força das circunstâncias “a desistir da ação contra a Malásia”, Jacarta ver-se-ia constrangida a “salvar a sua face”, podendo eventualmente precipitar ações contra o Timor português “para obter uma compensação de perda de prestígio que daí necessariamente lhe resultará”.⁸⁷ Todavia, Joaquim da Silva Cunha, prognosticou que em vez de se envolver numa agressão militar direta, como atuou a Índia em relação a Goa, Damão e Diu, Jacarta irá privilegiar e “[f]omentar a subversão dos nativos para os levar à prática de atos de terrorismo; ou se o não conseguir: infiltrar indonésios no nosso território, para fazer supor internacionalmente a existência da subversão e obter o pretexto para uma intervenção militar”.⁸⁸ Assim, estava calculado no “plano de defesa” do Timor português que “por forma a se poder atuar rapidamente contra a subversão e as tentativas de infiltração e para sustentar uma luta de guerrilhas contra os eventuais invasores, para o que se estão a organizar, nas montanhas, oito depósitos de géneros e munições, para funcionarem como base dos grupos de guerrilhas”.⁸⁹

Apesar dos timorenses serem a 2.^a linha e voluntários, existiam, porém, entre a população europeia e a elite timorense uma sensação de que:

“Há críticas, muitas vezes azedas, ao Governo Central e ao Governo local, a maior parte das vezes feitas pelos funcionários, mas resultam das más condições em que vive a maior parte dos europeus em consequência do atraso material da Província.

⁸⁶ “Telegrama, secreto, n.º 19 V, do subsecretário de Estado da Administração Ultramarina para o ministro do Ultramar, António Augusto Peixoto Correia, de 3 de dezembro de 1964”, ANTT, AOS/CO/UL-8I (Cont.), Pt. 5, fl. 1267.

⁸⁷ “Relatório da visita a Timor do subsecretário de Estado da Administração Ultramarina, Joaquim da Silva Cunha, para o presidente do Conselho, António de Oliveira Salazar, de 3 de fevereiro de 1965”, ANTT, AOS/CO/UL-58, Pt. 2, Sbd. 2, fl. 584.

⁸⁸ *Ibid.*, fl. 584.

⁸⁹ *Ibid.*, p. 585.

A queixa mais frequente é a de que ‘a Província está abandonada’ ou ‘esquecida’.⁹⁰

Em contraste com a linha de Joaquim da Silva Cunha, o ministro dos Negócios Estrangeiros, Franco Nogueira, interpretou, em 21 de dezembro de 1964, todas estas manobras de bastidores como uma tentativa “para criar para Jacarta uma boa posição na próxima conferência afro-asiática em Argel” (Nogueira, 1987, p. 107).

O teor dos rumores acerca da rutura diplomática foi, porém, confirmado durante a cerimónia de receção na embaixada da Alemanha Ocidental em Jacarta, em 25 de dezembro de 1964. O diretor da repartição da Europa do Ministério dos Negócios Estrangeiros da Indonésia, embaixador Mohammad Razif, informou o encarregado de negócios, interino, da legação de Portugal em Jacarta, José de Melo Gouveia, de que o rompimento unilateral de relações com o governo português estava a ser ponderado ao mais alto nível das cúpulas do governo da Indonésia. Segundo este destacado diplomata, a nova postura política do seu país advinha de dois novos fatores. Primeiro, a cimeira do Cairo dos Países Não-Alinhados tinha fortemente exortado os seus Estados-membros a romper relações diplomáticas com Portugal e a África do Sul. Segundo, com esta nova postura o governo da Indonésia esperava colocar-se numa posição comercial vantajosa de forma a atenuar as fortes críticas provenientes dos Estados radicais nacionalistas no âmbito da organização e a obter maiores “êxitos” políticos na conferência do Movimento dos Países Não-Alinhados, que estava prevista para ter lugar em abril de 1965. Confrontado com a situação, o encarregado de negócios, interino, da legação de Portugal em Jacarta limitou-se a responder “que [a] tomada de tal decisão me parecia impulsionada mais por razões de oportunismo político do que por fundamento ideológico”.⁹¹

Numa tentativa para persuadir os indonésios a desistir da sua iniciativa, José de Melo Gouveia, solicitou uma audiência com o embaixador Mohammad Razif, em 31 de dezembro de 1964. Porém, o diretor da Europa do

⁹⁰ *Ibid.*, p. 583.

⁹¹ “Telegrama n.º 38 recebido do encarregado de negócios, interino, da legação de Portugal em Jacarta, de 31 de dezembro de 1964” in “Relações políticas com a Indonésia: Corte de relações diplomáticas”, DABMNE, C.E.40.P3/2012.

Ministério dos Negócios Estrangeiros da Indonésia aproveitou esta oportunidade para comunicar ao representante permanente português que o corte de relações diplomáticas teria lugar a partir do dia 1 de janeiro de 1965. O embaixador Razif manifestou que o assunto transcendia o próprio Ministério dos Negócios Estrangeiros da Indonésia e que fora uma decisão tomada a nível do chefe do Estado. Perante esta informação, José de Melo Gouveia, argumentou junto do embaixador Razif que:

“Sukarno e a política da Indonésia eram destituídos do mínimo sentido das realidades e imbuídos de carácter demagógico e contrários aos interesses do país e das suas responsabilidades na comunidade internacional”.⁹²

Contudo, para garantir uma presença consular da Indonésia no Timor português e em Macau, o embaixador Razif comunicou a José de Melo Gouveia que o governo da Indonésia pretendia manter em Díli o seu consulado, mantendo assim relações consulares com Portugal. A presença deste posto consular em Díli permitia à Indonésia acompanhar de perto a situação política, apoiar a elite timorense alinhada com a Indonésia e dar continuidade à sua política de “penetração informal” do escol autóctone que apoiava Portugal, para, naturalmente, a enfraquecer.⁹³ Sem grandes alternativas políticas ao seu alcance e com falta de capacidade política, Franco Nogueira viu-se obrigado a instruir José de Melo Gouveia a aceitar a manutenção dos consulados da Indonésia em Díli e em Hong Kong, embora o último fosse de menor importância. Como contrapartida por esta cedência, reivindicou a aceitação por parte da Indonésia do funcionamento de um consulado português, nas instalações da legação de Portugal em Jacarta.

⁹² “Telegrama n.º 41 recebido do encarregado de negócios, interino, da legação de Portugal em Jacarta, de 31 de dezembro de 1964” in “Relações políticas com a Indonésia: Corte de relações diplomáticas”, DABMNE, C.E.40.P3/2012.

⁹³ Na opinião do governador de Timor português, capitão Filipe Themudo Barata, que governou entre 1959 e 1963, o consulado da Indonésia em Díli fomentou os vários incidentes que se passaram em Díli e em Viqueque de 1959. De acordo com este: “a intervenção ativa da Indonésia, através do seu cônsul em Díli e de uns pseudo-refugiados políticos indonésios, os quais abertamente instigaram, planejaram e pessoalmente comandaram as operações” (Barata, 1998, p. 50).

Entretanto, no dia 1 de janeiro de 1965 vem a notícia de Jacarta:

“Sukarno resolveu o corte de relações [diplomáticas] com Portugal. Motivo: evitar uma explosão popular contra os representantes portugueses. Por isso apenas anunciará a decisão após a retirada do nosso encarregado de negócios. Em suma, um pretexto risível. Pedi à nossa polícia [a PIDE,] que não deixasse sair o encarregado de negócios da Indonésia enquanto o nosso pessoal não sair de Jacarta e não se encontrar a salvo” (Nogueira, 1986, p. 109).

Apesar do rompimento estar previsto no dia 1 de janeiro de 1965, José de Melo Gouveia aproveitou um erro do protocolo indonésio para apresentar cumprimentos de Ano Novo ao presidente Sukarno. Mas como observou o encarregado de negócios, interino, do consulado de Portugal em Jacarta:

“Sukarno recebeu as minhas saudações sem comentários. Esteve o ministro dos Negócios Estrangeiros[, Hurustiati Subandrio,] que evitou ostensivamente a aproximação que [eu] tentei”.⁹⁴

Todavia, não deu em nada. Dentro de cinco dias, o Ministério dos Negócios Estrangeiros da Indonésia vem apresentar à legação de Portugal em Jacarta o corte oficial de relações diplomáticas para 1 de janeiro de 1965 (Dias, 2013, p. 143). Mesmo assim, deu-se um incidente diplomático entre o adjunto do diretor do Departamento da Europa do Ministério dos Negócios Estrangeiros da Indonésia e o encarregado de negócios, interino, José de Melo Gouveia. O Ministério dos Negócios Estrangeiros da Indonésia ao submeter para consideração o texto em *Bahasa Indonesia* e em inglês, continha no quarto parágrafo uma “versão da nota que não aceitei, permitindo-me assinalar à má-fé da redação do quarto período, cuja emenda feita pelo adjunto do Diretor do Departamento da Europa, à mão sobre o próprio documento acabou por não ser aceite superiormente conforme dei conhecimento”.⁹⁵

⁹⁴ “Telegrama n.º 2 recebido de José de Melo Gouveia, em 2 de janeiro de 1965” in “Relações políticas com a Indonésia: Corte de relações diplomáticas”, DABMNE, C.E.40.P3/2092.

⁹⁵ “Ofício n.º 12, sobre o ‘corte de relações diplomáticas com Portugal’ do encarregado de negócios, interino, da legação de Portugal em Jacarta, José de Melo Gouveia, de 18 de janeiro de 1965” in “Relações políticas com a Indonésia: Corte de relações diplomáticas”, DABMNE, C.E.40. P3/2092.

Em Lisboa, Franco Nogueira interpretou de forma censurada os telegramas de José de Melo Gouveia. Segundo o chefe da diplomacia portuguesa, o pretexto invocado por Sukarno para o rompimento unilateral de relações diplomáticas era anedótico. Este despacho só em 26 de fevereiro de 1965 foi retirado. Por outro lado, para acompanhar de perto as intenções e as atividades dos diplomatas indonésios em Lisboa, as linhas telefônicas desta legação passaram a estar sob escutas permanentes da PIDE, a partir de 9 de janeiro de 1965. Estas só cessaram no dia 30 de janeiro de 1965.⁹⁶

Todavia, a 8 de janeiro de 1965, o encarregado de negócios, interino, da legação da Indonésia em Lisboa, Achmad Djumiril, e respetiva esposa, ofereceram na sua residência um beberete de despedida para os vários embaixadores do Reino Unido, da França, de Marrocos, do Chile e do Brasil e conselheiros de diversas embaixadas, para além dos portugueses que eram provenientes das áreas culturais e, finalmente, os empresários.⁹⁷

Porém o corte de relações diplomáticas entre Jacarta e Lisboa levou a que a subdelegação da PIDE no Timor português tivesse acesso particular ao gabinete do governador do Timor português e a elaborar uma reflexão sobre o “estado de espírito” das diversas populações. A elite timorense já tinha nos últimos dois meses vindo a ser alertada de que o corte de relações diplomáticas estava iminente. De acordo com esta reflexão, considerava-se possível que:

“... o aventureiro Sukarno dê ordens às suas hordas, para atacar Timor, ou que o Partido Comunista Indonésio comece a efetivar atos terroristas dentro das nossas fronteiras”.⁹⁸

Entretanto, no dia 13 de fevereiro de 1965, “começa a preocupar-me o problema de Timor. De várias origens, das embaixadas em Copenhaga, e em Jacarta, chegam rumores de próxima invasão de Timor pela Indonésia” (Nogueira, 1986, p. 113). Passados, dez dias, em 23 de fevereiro, começou-se a vislumbrar desfecho para este complexo, mas tranquilo corte de relações circunspectas. João Hall Themido, diretor-geral, interino, dos

⁹⁶ “Legação da Indonésia”, ANTT, PIDE/DGS, “Serviços Indonésios”, 236-SC/CI(2), N.T. 6982, fls. 909-934.

⁹⁷ “Embaixada da Indonésia”, *República*, 3.ª série, ano 54, n.º 12.207 (8 de janeiro de 1965), p. 6; “Dr. Achmad Djumiril”, *Diário de Notícias*, ano 101, n.º 35.508 (9 de janeiro de 1965), p. 2.

⁹⁸ “Relatório, confidencial, n.º 1/65, ‘Corte de relações com a Indonésia e a sua repercussão no estado de espírito das populações desta província’”, ANTT, PIDE/DGS, SC-CI/DSI (2.ª), Pt. 3, N.T. 8973, fl. 605.

Negócios Políticos do Ministério dos Negócios Estrangeiros português, informou o encarregado de negócios, interino, da legação de Portugal em Jacarta, José de Melo Gouveia, de que a data para o abandono de Lisboa por parte do encarregado de negócios, interino, da legação da Indonésia em Lisboa, Achmad Djumiril estava marcada para o dia 28 de fevereiro. Além desta preciosíssima informação, acrescentava que o diplomata indonésio não possuía “quaisquer indicações sobre [a] data em que esse governo [o da Indonésia,] tenciona anunciar o corte de relações diplomáticas [...] nem quanto [à] partida de V. Sr.^a”.⁹⁹ Formalmente, instruía José de Melo Gouveia, no sentido de que: “[d]o nosso lado não vemos objeção que V. Sr.^a parta dessa cidade na mesma data. Não fazemos questão em que [o] corte de relações [diplomáticas] seja anunciado[,] mais procederemos conforme for aí acordado”.¹⁰⁰ Em 3 de março de 1965, o encarregado de negócios, interino, José de Melo Gouveia, deixou Jacarta com rumo a Camberra, para onde tinha sido nomeado para exercer um cargo da mesma patente na embaixada de Portugal, em 10 de fevereiro de 1965.

Por outro lado, João Hall Themido, diretor-geral, interino, dos Negócios Políticos do Ministério dos Negócios Estrangeiros, escreveu um ofício-circular, confidencial, ao corpo consular de Portugal em Jacarta, em 14 de julho de 1965. Nesta comunicação dizia que dava diretrizes concretas a nível particular e informal aos membros do governo da Indonésia e aos seus diplomatas e cônsules e que:

“a rutura de relações diplomáticas entre Portugal e a Indonésia não implicou a de relações consulares e que não só a referida rutura nunca foi objeto de um anúncio público como ao encerramento da nossa Embaixada em Jacarta correspondeu a abertura de um Consulado naquela cidade, que ocupa aliás as mesmas instalações. O Governo indonésio, por outro lado, mantém o seu Consulado em Díli”.¹⁰¹

⁹⁹ “Telegrama n.º 30 expedido pelo João Hall Themido, diretor-geral, interino, dos Negócios Políticos do Ministério dos Negócios Estrangeiros, de 23 de fevereiro de 1965” in “Relações políticas com a Indonésia: Corte de relações diplomáticas”, DABMNE, C.E.40. P3/2092.

¹⁰⁰ *Ibid.*

¹⁰¹ “Ofício-circular, confidencial, n.º 65, do diretor-geral dos Negócios Políticos, interino, do Ministério dos Negócios Estrangeiros, João Hall Themido, de 14 de julho de 1965”, ANTT, PIDE/DGS, “Serviços Indonésios”, 236-SC/CI(2), N.T. 6982, fl. 764.

Por outro lado, dava ordens concretas como é que a nível particular e informal os membros do governo da Indonésia e os seus diplomatas e cônsules devem ser dirigidos, isto é, como nós devemos manter as relações diplomáticas, “sem excluir a celebração do Dia Nacional”.¹⁰²

Os falsos rumores da invasão do Timor português pela Indonésia

Entretanto, assistiu-se a uma escalada dos ecos infundados acerca da alegada invasão do Timor português pela Indonésia. Para além da embaixada de Portugal em Copenhaga e do consulado português em Jacarta, existem novos dados: a administração portuguesa de Macau¹⁰³ e os serviços de informações americanos,¹⁰⁴ que alertaram todos nesse sentido. De acordo com estas fontes, a Indonésia estava a organizar ações policiais e atos de terrorismo: “que justificariam depois a agressão” (Nogueira, 1986, p. 113). Outras fontes davam conta da rutura das relações diplomáticas com Portugal devido a insistente pressão da República Árabe Unida do Egito. Enquanto alguns círculos próximos de Sukarno admitem que o rompimento de relações diplomáticas, se seguiria uma ação contra o Timor português, sob a palavra de “libertação da opressão portuguesa”.

Para Franco Nogueira a situação era extremamente precária, pois o território era do ponto de vista militar “indefensável” (Nogueira, 1986, p. 113), os apoios internacionais, especialmente da Austrália e do Reino Unido, eram impensáveis, enquanto a nível político far-se-iam sentir repercussões em Angola, Guiné-Bissau e Moçambique, o que resultaria na fragilização do regime de António de Oliveira Salazar. Preocupadíssimo com a evolução da situação, o chefe do governo chegou a afirmar a Franco Nogueira:

“Pois se Sukarno, ao contrário do que se tem afirmado, quiser ocupar Timor, tem meios para o fazer. Veremos. Nós é que não podemos, por causa desse receio, tomar a iniciativa de lhe entregar a província” (Nogueira, 1985, p. 14).

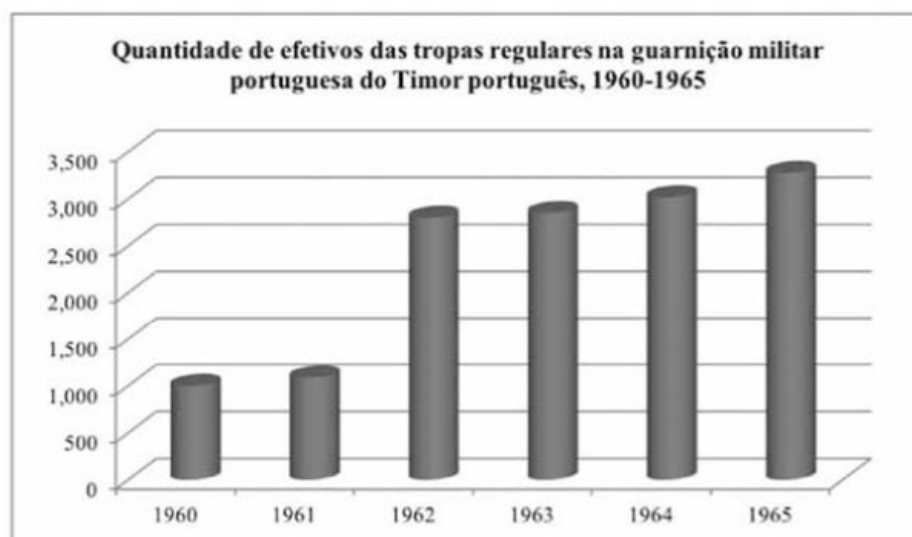
¹⁰² *Ibid.*

¹⁰³ “De Macau vem uma notícia: informações ali chegadas permitem pensar que o governo de Jacarta estaria preparando um golpe contra Timor, ou se proporia desencadear no território ações de guerrilha, como prelúdio à conquista” (Nogueira, 1985, p. 14).

¹⁰⁴ “Informação n.º 143-SC/CI(2), secreta, de 4 de março de 1965”, ANTT, PIDE/DGS, “Serviços Indonésios”, 236-SC/CI(2), N.T. 6982, fl. 824.

Estes supostos ruídos coincidiram com a reativação do letárgico e efêmero movimento embrionário do nacionalismo islâmico-malaio de libertação do Timor português. A poucos dias do rompimento das relações diplomáticas entre Jacarta e Lisboa, a autodenominada *União da República de Timor*, divulgou, no dia 14 de dezembro de 1965, um comunicado em que enaltecia os “500 mártires” dos incidentes que tiveram lugar em Díli e Viqueque em 1959, denunciava o colonialismo português e exortava a uma revolta contra a administração portuguesa (Fernandes, 2005, pp. 398-402). Numa tentativa de tirar partido desta conjuntura política, este grupúsculo pediu auxílio ao governo turco, através da sua embaixada em Jacarta, no sentido de pressionar o apoio político, diplomático e militar à libertação do Timor português, em 31 de agosto de 1965 (*Ibid.*) Mas esta reativação, assim como todas as outras, cingiu-se meramente ao campo de propaganda política. Não se tomou qualquer decisão política quando ao Timor português.

Embora a crise de Goa tivesse contribuído de forma decisiva para o reforço do número de efetivos nas tropas regulares da guarnição militar portuguesa, a partir de 1961 passaram a ter uma nova conceção da defesa



Fonte: “Relatório da visita a Timor do subsecretário de Estado da Administração Ultramarina, Joaquim da Silva Cunha, para o presidente do Conselho, António de Oliveira Salazar, de 3 de fevereiro de 1965, ANTT, AOS/CO/UL-58, Pt. 2, 2.º Sbd., fl. 587” e o “Relatório Anual de Comando de 1967-68 do Comando Territorial Independente de Timor”, confidencial, capítulo 2, p. 3, 2.ª D., 9.ª, Cx. 6, n.º 6.

e voltaram a renascer as tropas de 2.^a linha, que eram constituídas por timorenses. Na opinião do governador do Timor português, capitão Filipe Themudo Barata: “[c]om esta estruturação da defesa foi possível confiar inteira e exclusivamente a estas tropas de 2.^a linha toda a vigilância da fronteira e costa” (Barata, 1998, p. 140).

Assim, os efetivos da guarnição militar que evoluíram de 1.188 ativos em maio de 1961, para 3.017 permanentes, em dezembro de 1964, ou seja, aumento de 253%, voltaram a ser ligeiramente reforçados com mais 256 homens, em 1965, como se pode verificar no gráfico n.º 1. O desígnio desta orientação foi, certamente, no sentido de assegurar política e psicologicamente aos habitantes portugueses do território a força e a vontade política do regime em defender o Timor português.¹⁰⁵ Por outro lado, as forças de 2.^a linha e os voluntários, que tinham sido uma proposta do Comandante Militar, brigadeiro Francisco Pires Barata, foram uma realidade de 1961 até ao 25 de abril de 1974. Por seu turno, em dezembro de 1964, as tropas de 2.^a linha eram integradas por 10.585 homens,¹⁰⁶ embora só 68% “já constituídas e treinadas”.¹⁰⁷

Mas como o próprio Joaquim da Silva Cunha diz quando se debruça sobre o assunto, “o estado de espírito do pessoal que serve em Timor é mau: descrente, pouco interessado pelo serviço, quezilento, desleixado... [...] Deste estado de espírito resulta que a maioria dos serviços são uma lástima”.¹⁰⁸

Enquanto Joaquim da Silva Cunha esteve no Timor português teve, no dia 7 de dezembro de 1964, um “*briefing*” sobre política ultramarina portuguesa, que foi proferido por Alexandre Ribeiro da Cunha, que era inspetor superior da Administração Ultramarina do ministério do Ultramar, e sobre a política australiana, pelo encarregado de negócios, interino, do consulado da Austrália em Díli.¹⁰⁹ Esta conjuntura era bastante irrealista,

¹⁰⁵ Durante a sua visita ao Timor português, em finais de 1964, Joaquim da Silva Cunha corroborou “uma certa preocupação quanto à atitude que tomaria o Governo Central no caso de agressão militar contra o território, pois está muito espalhada a convicção de que não se faria um esforço sério de defesa” in “Relatório da visita a Timor, de 3 de fevereiro de 1965”, ANTT, AOS/CO/UL-58, Pt. 2, Sbd. 2, fl. 583.

¹⁰⁶ *Ibid.*, fl. 588.

¹⁰⁷ *Ibid.*, fl. 589.

¹⁰⁸ *Ibid.*, fl. 648.

¹⁰⁹ *Ibid.*, fl. 693.

controversa e ia contra o “interesse nacional”, porque a Austrália, mais outros três países, EUA, Reino Unido e a Nova Zelândia, tinham delineado nas reuniões quadripartidas, secretas, no Ministério dos Negócios Estrangeiros dos EUA, em 1963 e 1964, que Portugal iria perder o Timor português assim que soasse o fim do império português, o que se veio a verificar em 1974 e 1975 (Fernandes, 2016, pp. 246-252).

Sukarno aplaude “ativamente a luta pela independência dos povos [...] Timor português...”

Apesar da manutenção de relações consulares e do reforço da guarnição militar, terem contribuído para a diminuição da apreensão dos metropolitanos residentes no Timor português, as declarações de Sukarno voltaram a concorrer para a intensificação temporária de uma certa ansiedade política na colónia. Por ocasião das comemorações do 20.º aniversário da independência da Indonésia, que tiveram lugar no dia 17 de agosto de 1965, o presidente do país, Sukarno, “continuará a apoiar ativamente a luta pela independência dos povos de Angola, Moçambique, Guiné portuguesa, Timor português, Iémen, Omã, Somália francesa [Djibouti], Sudoeste Africano [Namíbia], Bechuanalândia [Botswana], Basutolândia [Lesoto] e a Suazilândia”.¹¹⁰

Três razões políticas levaram Sukarno a pronunciar-se sobre o Timor português. Primeiro, o chefe de Estado da Indonésia tentou granjear apoios entre os sectores nacionalistas javaneses e os partidos islâmicos e comunista da Indonésia na sua disputa com o alto comando militar, que na sua maioria estava alinhado com o ocidente, nomeadamente, com os Estados Unidos da América e a Austrália, para obter supremacia total sobre o sistema político da Indonésia.

Segundo, Sukarno pretendia firmar internacionalmente o seu alinhamento retórico com o bloco afro-asiático de forma a subtrair o número de apoiantes da Malásia nos organismos e nas reuniões internacionais.

¹¹⁰ “Ofício de João Hall Themido, diretor-geral, interino, de Negócios Políticos do Ministério dos Negócios Estrangeiros, para o diretor-geral da PIDE, Fernando da Silva Pais, de 23 de setembro de 1965, “Serviços Indonésios”, ANTT, PIDE/DGS, Proc. n.º 236-SC/CI(2), N.T. 6982, fl. 749.

A Malásia e o ocidente tinham conseguido isolar internacionalmente a Indonésia e o chefe de Estado pretendia contornar esta difícil conjuntura com a adoção de uma postura oratória mais radical e igualmente mais próxima do bloco afro-asiático.

Terceiro, Sukarno visava com esta proclamação pôr cobro à campanha do governo da Malásia contra o seu regime. Basicamente, o denominador comum da campanha da Malásia resumia-se em realçar a contradição entre a postura anti-imperialista e anticolonialista do regime de Sukarno e a existência de uma colónia ocidental em “solo indonésio: o Timor português”.

No entanto, houve no dia 4 de setembro de 1965 uma reunião entre o cônsul da Indonésia em Díli,¹¹¹ Roeslan Soeroso, e um membro da elite timorense¹¹² que deixou o representante consular indonésio muito consternado porque “no dia 17 de agosto último, Sukarno discursou publicamente sobre a libertação das colónias portuguesa de África e de Timor”.¹¹³ O cônsul indonésio ficou bastante abalado por saber que a administração portuguesa no Timor português tinha tido conhecimento do caso por vias da imprensa escrita e dos boletins diários da radiodifusão da Indonésia, da Austrália e de Singapura.¹¹⁴ Embora isto constituísse um grande problema, “ele tinha que agir de qualquer modo, para [que] o governo português pudesse alterar o seu sistema político e administrativo”.¹¹⁵ Por isso, o cônsul da Indonésia em Díli, Roeslan Soeroso, disse que os: “timorenses deveriam bater-se por esta causa que era a deles”.¹¹⁶

Todavia, as operações que a PIDE andava a fazer sobre o consulado indonésio no mês de outubro de 1965, levaram o inspetor, interino, Armando Rodrigues Rego, a tecer várias críticas sobre o governador tenente-coronel

¹¹¹ A sede central do consulado da Indonésia em Díli ficava na Rua Belarmino Lobo (Ministério dos Negócios Estrangeiros, 1965, p. 16), que era o pai adotivo de Pedro José Lobo, uma das pessoas mais ricas de Macau e de todo o império português, pois para além de ter exercido como chefe da Repartição Central dos Serviços de Económicos, entre 1937 e 1958, foi também um dos homens do negócio e contrabando do ouro em Macau, entre 1947 e 1965, data em que ele morreu em Hong Kong (Jorge e Coelho, 2015, pp. 42-61).

¹¹² “Ofício do Gabinete dos Negócios Políticos do Ministério do Ultramar para o diretor-geral da PIDE, Fernando da Silva Pais, de 12 de outubro de 1965, “Serviços Indonésios”, ANTT, PIDE/DGS, Proc. n.º 236-SC/CI(2), N.T. 6982, fl. 708.

¹¹³ *Ibid.*

¹¹⁴ *Ibid.*, fl. 712.

¹¹⁵ *Ibid.*

¹¹⁶ *Ibid.*

José Alberty Correia. Segundo este: “Sua Excelência o Governador que tão boas qualidades tem, não tem tacto político NENHUM e ‘despeja’, impulsivamente, estas frases sem prever os seus resultados”.¹¹⁷

Umás semanas após o impaciente clamor de Sukarno, o seu regime foi violentamente derrubado num sangrento golpe de Estado, que resultou na chacina de mais de meio milhão de indonésios (Anderson, 1971 [1966]; Cribb, 1991; Robinson, 1995), por orientações dos generais Abdul Haris Nasution e Suharto.

As repercussões do golpe de Estado em 1965 na Indonésia e nas relações consulares indonésio-portuguesas

No dia 1 de outubro de 1965 teve lugar um golpe de Estado para depor o presidente Sukarno, proibir o Partido Comunista da Indonésia e demitir todos os oficiais generais, oficiais superiores e praças que tivessem simpatia pelo mesmo partido. A tentativa falhada de golpe de Estado por parte de oficiais generais e superiores leais a Sukarno, apoiados pelo Partido Comunista da Indonésia, que tinha como objetivo primordial liquidar o alto comando militar indonésio, resultou no afastamento político do chefe de Estado (Schwarz, 1999, pp. 19-23). Os generais Abdul Haris Nasution e Suharto, foram os principais dirigentes do golpe de Estado e, abandonaram quaisquer reivindicações sobre o Timor português e regressaram ao *status quo ante* de 17 de agosto de 1965 (Fernandes, 2006, pp. 272-338).

Segundo a PIDE, tinham montado uma operação que iria resultar na morte de Silvestre Nai Buti Seço da *União da República de Timor*. Mas, o chefe do Posto Administrativo de Balibó, Veríssimo José Mourato, que estava dentro do assunto, não teve os cuidados conspirativos suficientes e, ingenuamente, divulgou a operação ficando, esta sem efeitos. Porém, “fazem-nos crer que algo de grave estava a ser preparado contra o nosso território, no passado dia 3 de outubro e que só abortou por ter eclodido o movimento revolucionário na Indonésia”,¹¹⁸ que levaria à demissão de Su-

¹¹⁷ “Relatório, confidencial, 8/65, ‘Cônsul da Indonésia’”, ANTT, PIDE/DGS, SC/CI(2)/DSI 2.ª, Pt. 3, N.T. 8973, fl. 224.

¹¹⁸ “Relatório, confidencial, n.º 7/65-GU, ‘Ambiente de fronteira’”, ANTT, PIDE/DGS, SC/CI/DSI (2.ª), Pt. 3, N.T. 8973, fl. 334.

karno e de todos os membros que eram próximos ou militantes do Partido Comunista da Indonésia.

O golpe de Estado manifestou-se a vários níveis. Primeiro, na substituição do cônsul da Indonésia em Díli, Roeslan Soeroso,¹¹⁹ um radical da esquerda nacionalista da confiança pessoal do ministro dos Negócios Estrangeiros da Indonésia, Hurustiati Subandrio, que partiu em data incerta com rumo a Camberra, visto que o novo regime de Suharto o iria deter. O novo cônsul é tido como mais moderado e conciliador, Agoes, e acabou por chegar no dia 25 de junho de 1967, a Díli.¹²⁰ Uns meses mais tarde também se tornou um crítico da conjuntura do Timor português, esteve envolvido em casos de espionagem contra os portugueses e foi decisivo que os funcionários do consulado e da sua residência pessoal fossem todos indonésios, funções que eram normalmente exercidas por vários timorenses.¹²¹

A junta militar da Indonésia, dirigida por Suharto e Abdul Haris Nasution, mostrou-se mais aberta à cooperação com a administração portuguesa do Timor português, devido, em parte, à política de colaboração encetada por esta logo após o golpe de Estado em Jacarta. Com o objetivo de conquistar apoios e simpatias junto do novo regime indonésio, a administração portuguesa passou a entregar os refugiados às autoridades de Timor ocidental ou simplesmente a recusar a entrada ou o abrigo temporário aos refugiados.¹²²

Esta postura e o clima de grande instabilidade política que se gerou na Indonésia após o golpe de Estado de 1 de outubro de 1965 e as dinâmicas inerentes à consolidação do regime de Suharto contribuíram para que a questão do Timor português fosse comodamente relegada para uma data posterior, politicamente mais conveniente e oportuna para o novo regime

¹¹⁹ O cônsul Roeslan Soeroso foi descrito pela subdelegação da PIDE em Díli como “pró-comunista”. “Informação, confidencial, n.º 196-SC-CI(2), de 2 de fevereiro de 1968”, ANTT, PIDE/DGS, “Serviço Indonésio”, Proc. n.º 236-SC/CI(2), N.T. 6982, fl. 69.

¹²⁰ “Ofício n.º 107/67-GU, de 29 de julho de 1967”, ANTT, PIDE/DGS, SC/CI(2)/DSI 2.ª, Pt. 5, N.T. 8975, fl. 894.

¹²¹ “Relatório, confidencial, n.º 5/68-GU, ‘Cônsul da Indonésia’”, ANTT, PIDE/DGS, SC/CI(2)/DSI 2.ª, Pt. 5, N.T. 8975, fls. 61-62.

¹²² “Telegrama n.º 1, secreto, do governador do Timor português, tenente-coronel José Alberty Correia, ao ministro do Ultramar, Joaquim da Silva Cunha, de 23 de março de 1966”, ANTT, AOS/CO/UL-8I (Cont.), Pt. 5, fls. 1281-1282.

em Jacarta. Esta nova posição ficou bem patente numa conversa que o embaixador da Indonésia na Tunísia teve com um colega sediado em Tunes:

“a) Que Timor não oferece qualquer interesse para a Indonésia; b) que o seu país espera, dada a continuidade geográfica, que o futuro venha a provocar a integração de Timor no seu território; c) contrariamente ao que sucedeu com Nehru, o seu governo não tinha a intenção de precipitar a integração através da agressão armada”.¹²³

No prosseguimento da política de consolidação do novo regime, o general Suharto substituiu Hurustiati Subandrio por Adam Malik na chefia do Ministério dos Negócios Estrangeiros da Indonésia, em 18 de março de 1966. Com o objetivo de manter o *status quo ante* relativamente ao Timor português, o Ministério dos Negócios Estrangeiros respondeu favoravelmente à nota da embaixada do Brasil no sentido de esta missão diplomática permanente passar a representar os interesses de Portugal junto do governo da Indonésia, em 9 de julho de 1966.¹²⁴

Uma vez que o regime de Sukarno estava fora do poder, António de Oliveira Salazar fica bastante preocupado com “o pensamento dos sucessores. Terão intenções agressivas? Correrá Timor algum risco?” (Nogueira, 1988, p. 262). Durante os últimos anos do regime autoritário português, o regime de Suharto foi extremamente cooperante com o lado do Timor português e as relações consulares foram extraordinariamente boas (Fernandes, 2006, pp. 272-338).

Conclusões

O rompimento estava profundamente relacionado com as intensas pressões políticas internas e externas que se fizeram sentir sobre Sukarno relativamente ao Timor português. Apesar de ter apelado “à libertação de Timor português”, Sukarno teve muito pouco tempo para concretizá-la.

¹²³ “Ofício UL 580 de Antunes de Almeida, Adjunto do diretor-geral, interino, de Negócios Políticos do Ministério dos Negócios Estrangeiros, para Fernando da Silva Pais, diretor-geral da PIDE, de 30 de outubro de 1965”, ANTT, PIDE/DGS, “Serviços Indonésios”, Proc. n.º 236-SC/CI(2) N.T. 6982, fl. 675.

¹²⁴ “Circular UL 29 de João Hall Themido, diretor-geral, interino, dos Negócios Políticos do Ministério dos Negócios Estrangeiros, para as missões diplomáticas no estrangeiro, de 26 de setembro de 1966”, ANTT, PIDE/DGS, “Serviços Indonésios”, Proc. n.º 236-SC/CI(2), N.T. 6982, fl. 260.

O seu discurso pode ser interpretado como um ato de um político sitiado que pretendia sobreviver a mais uma crise política, das muitas que conseguiu ultrapassar durante a sua carreira. A reativação da *União da República de Timor* mostrou-se, também, bastante momentânea. A sua reanimação circunscreveu-se meramente ao foro político-propagandístico.

Apesar do corte formal de relações diplomáticas, ambos os governos mantiveram relações no nível consular. Portugal passou a estar representado no nível diplomático pelo Brasil. A representação consular foi assumida por António Pinto da França, que se manteve no cargo até 24 de julho de 1970. Este foi rendido pelo seu colega Manuel Lopes da Costa, que permaneceu de 25 de julho de 1970 e até 9 de setembro de 1973. Finalmente, Guilherme de Sousa Girão passou a ser cônsul de 10 de setembro de 1973 até 21 de janeiro de 1975. Depois, passou a ser o embaixador de Portugal em Jacarta, a 22 de janeiro de 1975 mantendo-se até 8 de dezembro, um dia após a invasão de Timor-Leste. Portugal decidiu, desta vez, que haveria um corte de relações diplomáticas, partindo de Lisboa. Por seu turno, a Indonésia conseguiu manter em Díli e em Macau os seus consulados para obter informações sobre a política colonial portuguesa e as movimentações da elite timorense na complexa conjuntura do território. Contudo, o corte de relações diplomáticas significou na generalidade e em última análise a liquidação da possibilidade de um diálogo direto sobre problemas e situações de interesse comum.

Referências bibliográficas

References

- Anderson, Benedict R. e Ruth T. McVey, 1971 [1966]. *A Preliminary Analysis of October 1, 1965, Coup in Indonesia*. Ithaca: Cornell University, Modern Indonesia Project.
- Barata, Filipe Themudo (1998). *Timor contemporâneo: Da primeira ameaça da Indonésia ao nascer de uma nação*. Lisboa: Equilíbrio Editorial.
- Cribb, Robert (1991), ed.. *The Indonesian Killings of 1965-1966: Studies from Java and Bali*. Clayton, Victoria, Austrália: Centre of Southeast Asian Studies, Monash University.
- Cunha, Joaquim da Silva (1977). *O Ultramar, a Nação e o "25 de abril"*. Coimbra: Atlântida Editora.
- Diário das Sessões, Assembleia Nacional, n.º 127, 1 de julho de 1961, pp. 923-929 <http://debates.parlamento.pt/catalogo/r2/dan/01/07/04/217/1961-06-30/925-929>
- Dias, Alfredo Gomes (2013) "Consulados e representações diplomáticas de Portugal na Indonésia e da Indonésia em Portugal (1860-1974)", in *Portugal e Indonésia: História do Relacionamento Político e Diplomático*, Jorge Santos Alves, coord.. Macau: Instituto Internacional de Macau.
- Jorge, Cecília e Rogério Beltrão Coelho, com uma entrevista inédita de José Pedro Castanheira, (2015). *Roque Choi: Um Homem, dois sistemas*. Macau: Livros do Oriente.
- Fernandes, Moisés Silva (2016). "O apaziguamento ocidental da Indonésia: Como o consenso político a partir de 1960 facilitou a invasão por Jacarta de Timor-Leste em 1974-1975" in *Timor-Leste: Colonialismo, Descolonização, Lusotopia*, Rui Graça Feijó. Porto: Edições Afrontamento, pp. 243-266.
- Fernandes, Moisés Silva (2006). "O Timor português na Política Externa de Suharto: O regresso ao *status quo ante*, 1965-1974", *Negócios Estrangeiros* [Lisboa], 9.1 (março), pp. 272-338.
- Fernandes, Moisés Silva (2005). "A União da República de Timor: o atrofico movimento nacionalista islâmico-malaio timorense, 1960-1975" in *Ensaio sobre o nacionalismo em Timor-Leste*, Armando Marques Guedes e Nuno Canas Mendes, eds.. Lisboa: Instituto Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, pp. 355-431.
- França, António Pinto da (2013). "Indonésia: Anatomia de uma independência e particularidades de uma vizinhança – Um olhar sobre as relações luso-indonésias e a questão de Timor (1960 a 1970)", in *Portugal e Indonésia: História do Relacionamento Político e Diplomático*, Jorge Santos Alves, coord.. Macau: Instituto Internacional de Macau.

- Gouveia, José de Melo (2005). “Comentários sobre a Presença no Oriente - ontem e hoje” in *Visões de Política Externa Portuguesa*, Maria Madalena Requixa, coord.^a. Lisboa: Sociedade de Geografia de Lisboa e Instituto Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, pp. 137-143.
- Ministério dos Negócios Estrangeiros (1965). *Consulados e funcionários consulares dos Países Estrangeiros em Portugal (Continente, ilhas adjacentes e Ultramar), 1 de janeiro de 1965*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- Nogueira, Franco (1988). *Salazar – O Último Combate, 1964-1970*, vol. 6. Porto: Livraria Civilização Editora.
- Nogueira, Franco (1987). *Um Político Confessa-se: Diário, 1960-1968*, 3.^a edição. Porto: Livraria Civilização Editora.
- Nogueira, Franco (1984). *Salazar – A Resistência, 1958-1964*, vol. 5. Porto: Livraria Civilização Editora.
- Robinson, Geoffrey (1995). *The Dark Side of Paradise: Political Violence in Bali*. Ithaca: Cornell University Press.
- Sagar, Vidya (1973). *India in World Affairs: Chronology of Events, 1947-72*. Nova Deli: Swastik Prakashan.
- Saravanamutu, John (2010). *Malaysia's Foreign Policy: The First Fifty Years: Alignment, Neutralism, Islamism*. Singapura: Institute of Southeast Asian Studies.
- Schwarz, Adam (1999). *A Nation in Waiting: Indonesia's Search for Stability*. St. Leonards, Australia: Allen & Unwin.
- Sousa, Lurdes Carneiro de (2013), “As relações políticas e diplomáticas entre Portugal e a Indonésia (1949-1974)”, in *Portugal e Indonésia: História do Relacionamento Político e Diplomático*, Jorge Santos Alves, coord.. Macau: Instituto Internacional de Macau.
- Suryadinata, Leo (1996). *Indonesia's Foreign Policy under Suharto: Aspiring to International Leadership*. Singapore: Timed Academic Press.
- Weatherbee, Donald E. (1966). “Portuguese Timor: An Indonesian Dilemma”, *Asian Survey*, vol. 69, no. 12 (dezembro), pp. 683-695.
- Thomaz, Américo (1983). *Últimas Décadas de Portugal*, vol. 3. Lisboa: Fernando Pereira Editor.



Revista Portuguesa de Estudos Asiáticos *Portuguese Journal of Asian Studies*

Publicação anual e gratuita

sumário n.º 23 / 2018

summary

1. Angela Guida
Entre ideogramas, cerejeiras e silêncios: Diálogo com produções artísticas e literárias Orientais
 2. Cláudia Ribeiro Santos
A Xangai de O Lótus Azul
 3. Daniela Martins
Análise do Processo de Democratização na Associação das Nações do Sudeste Asiático: O Processo de Transição Democrática da Indonésia em Foco
 4. Joanes da Silva Rocha
A cerimónia do chá segundo Tçuzu: Aspectos históricos, culturais e estéticos.
 5. Marcelo Matos Medeiros
Ontologia linguagem e alteridade: Possibilidades de um método baseado na fenomenologia de Maurice Merleau-Ponty para o estudo da alteridade cultural e do pensamento chinês
 6. Mo Guo
A pintura chinesa shanshui será uma arte sempre monótona e inalterável?: A problemática de compreensão da cultura e arte chinesas
 7. Moisés Silva Fernandes
O rompimento formal de relações diplomáticas em 1965 entre a Indonésia e Portugal: Os sinais endógenos e exógenos que contribuíram para a fase final do regimdo presidente Sukarno
 8. Tiago Manuel Silva Luís Carvalho
A cultura estratégica na Iniciativa Faixa e Rota
- RECENSÃO
9. Moisés Silva Fernandes
História da Igreja Católica em Timor-Leste: 450 anos de evangelização, 1562-2012, 2.º volume 1940-2012, de Dom Carlos Filipe Ximenes Belo, editado pela Fundação Engenheiro António de Almeida (2016).



Direcção	<i>Director</i> Nuno Canas Mendes (IO/ISCSP) <i>Sub-directora</i> Andrea Valente (IO/ISCSP)
Gabinete Editorial	Jorge Piteira Martins (ISCSP) Pedro Oliveira (IO/ISCSP)
Conselho Consultivo	Adriano Moreira (ISCSP) António Vasconcelos de Saldanha (IO/ISCSP) João Paulo Oliveira e Costa (Univ. Nova de Lisboa, Centro de história Além-Mar) Surjit Mansingh (Jawaharlal Nehru University, Nova Deli) Michael Yahuda (London School of Economics) Robert Ross (Harvard University, John King Fairbank Center for East Asian Research) Kjeld Erik Brødsgaard (The Copenhagen Business School, Asia Research Center) Paolo Santangelo (Istituto Orientale Napoli) Xiao Chen (Beijing University) Harry Harding (Elliott School of International Affairs, G. W. University) Chao-Jen Huang (Taiwan Institute of Economic Research) Ana Cristina Alves (Nanyang Technological University of Singapore)
Estatuto Editorial	Poderá consultar o Estatuto Editorial em http://ioriente.iscsp.ulisboa.pt/estatuto-editorial Publicação gratuita Periodicidade Anual

Patrocínio



FUNDAÇÃO JORGE ÁLVARES

Sede do Editor e da Redacção

Instituto do Oriente/Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas
Campus Universitário do Alto da Ajuda
Rua Almerindo Lessa, 1300-633 Lisboa

Design gráfico da capa

Susana Barreto

Produção gráfica

Multitipo – Artes Gráficas, Lda.
Rua Sebastião e Silva, 19 – 2745-838 Queluz-Massamá

Tiragem

250 exemplares

ISSN

16454677

Depósito Legal

339 105/12

Artigos

Entre ideogramas, cerejeiras e silêncios: Diálogo com produções artísticas e literárias Orientais

Angela Guida 3

A Xangai de *O Lótus Azul*

Cláudia Ribeiro Santos 25

Análise do Processo de Democratização na Associação das Nações do Sudeste Asiático: O Processo de Transição Democrática da Indonésia em Foco

Daniela Martins 57

A cerimónia do chá segundo Tçuzu: Aspectos históricos, culturais e estéticos.

Joanes da Silva Rocha 85

Ontologia linguagem e alteridade: Possibilidades de um método baseado na fenomenologia de Maurice Merleau-Ponty para o estudo da alteridade cultural e do pensamento chinês

Marcelo Matos Medeiros 107

A pintura chinesa *shanshui* será uma arte sempre monótona e inalterável?: A problemática de compreensão da cultura e arte chinesas

Mo Guo 138

O rompimento formal de relações diplomáticas em 1965 entre a Indonésia e Portugal: Os sinais endógenos e exógenos que contribuíram para a fase final do regime do presidente Sukarno

Moisés Silva Fernandes 166

A cultura estratégica na Iniciativa Faixa e Rota

Tiago Manuel Silva Luís Carvalho 193

RECENSÃO

História da Igreja Católica em Timor-Leste: 450 anos de evangelização, 1562-2012, 2.º volume 1940-2012, de Dom Carlos Filipe Ximenes Belo, editado pela Fundação Engenheiro António de Almeida (2016).

Moisés Silva Fernandes 230

大
西
洋
國

DAXIYANGGUO